

PARECER JURÍDICO

Processo nº 10100/2018.

Objeto: Aditivo de prazo.

Contrato Originário nº 10101/2018.

Contratada: CONTREINA-CONSULTORIA E TREINAMENTO EM SOFTWARE LTDA

Versa o presente Parecer acerca dos requerimentos formulados pela Secretaria Municipal de Administração, sobre a possibilidade de aditamento do Contrato Originário nº 10101/2018, celebrado com a empresa CONTREINA-CONSULTORIA E TREINAMENTO EM SOFTWARE LTDA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso de sistema contábil, gestão em recursos humanos e folha de pagamento, com a prestação de serviços de implantação, treinamento e manutenção, atendimento e suporte técnico para software, do tipo menor preço por item.

A referida solicitação foi devidamente justificada e consta o aceite da empresa contratada na realização do feito. Quanto ao aditivo de prazo, dessa feita verifica-se consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 que aplica-se subsidiariamente à Lei Federal nº 10.520/02, vejamos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

Apontamos ainda que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato originário encontra-se em vigor, tendo em vista que o seu vencimento ocorre em 31/12/2018.

No que se refere à Minuta do Termo Aditivo constante nos autos, verificamos perfeita conciliação com a legislação que rege à matéria, dessa feita **aprovamos** a mencionada Minuta.

Diante o exposto, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, vez que a situação concreta está devidamente justificada, destacamos ainda à verificação de

comprovação de regularidade fiscal da empresa contratada do momento da celebração do mencionado termo.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

São João dos Patos – MA, 12 de dezembro de 2018.



Gullit Vinicius Silva Barros
Assessor Jurídico
OAB-MA nº 14.814